

# Política Cultural em debate

## *Os desdobramentos do Fórum Técnico sobre Cultura já apresentam resultados práticos, com a elaboração de três anteprojetos de lei para o setor*

“Traçar uma política cultural num país como o Brasil, sem considerar o peso de 30 milhões de analfabetos e a miserabilidade de grande parte da população é quase como projetar castelos no ar. Mas também não fazê-lo é uma grave omissão, pois existem alternativas que podem ser adotadas na implementação de projetos culturais e que não o são por falta de definições e prioridades para o setor cultural.”

Esse depoimento, da diretora do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo, Maria Alice Milliet, durante uma das reuniões do Fórum Técnico sobre Cultura, promovido pela Assembléia Legislativa e Secretaria do Estado da Cultura, sintetiza bem duas das principais preocupações dos promotores desse evento. A primeira, de agilizar os procedimentos para regulamentação dos artigos da nova Constituição mineira, que tratam da questão cultural. A segunda, de garantir um espaço para participação da sociedade no fornecimento de subsídios e diretrizes que irão nortear a definição de uma política para o setor no Estado.

Dividido em seis reuniões, abordando temas específicos – Patrimônio Cultural e Natural: Arqueologia; Documentação e Informação: Arquivos, Bibliotecas e Museus; Patrimônio Cultural e Natural: Memória e Esquecimento; Patrimônio Cultural e Natural: Espeleologia e Paleontologia; Estado e Cultura; e Mecanismos de Financiamento da Cultura – o encontro teve a participação de quase 350 pessoas e a intervenção direta de 50 entidades ligadas à área Cultural, desde a fase de montagem do Fórum, até na sistematização das propostas aprovadas no encontro.

Foram eleitas três prioridades para serem trabalhadas pela Comissão de Sistematização e Comissão de Acompanhamento dos Desdobramentos do Fórum Técnico: a elaboração dos anteprojetos de lei – já encaminhados à Presidência da Assembléia Legislativa e à Secretaria de Cultura – definindo as Diretrizes Gerais de Política Cultural do Estado, a reestruturação do Conselho Estadual de Cultura e a criação do Fundo de Desenvolvimento da Cultura. As demais propostas continuarão sendo trabalhadas pelas comissões e, oportunamente, serão encaminhadas às áreas competentes.

Diretrizes – O anteprojeto de lei que estabelece as Diretrizes Gerais de Política Cultural do Estado deverá ser ainda apreciado pelo Plenário da Assembléia Legislativa. Ele estabelece, entre as finalidades dessa política, o estímulo à produção e à difusão de bens, valores e manifestações culturais mineiras; a expansão da produção cultural e a democratização no acesso ao consumo dos bens de natureza cultural; a regionalização das ações na área cultural; e a preservação de edificações e conjuntos urbanos, de sítios espeleológicos, paleontológicos e arqueológicos de relevante interesse cultural.

O segundo documento, enviado à Secretaria de Cultura para sua apreciação e posterior encaminhamento à Assembléia Legislativa, trata da proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento Cultural, destinado ao financiamento da produção cultural no Estado, desde projetos de música, artes plásticas, cinema até vídeo, design e outras formas de manifestação cultural, mencionadas no artigo 207 da Constituição do Estado. Os recursos que irão constituir esse fundo serão provenientes, segundo a proposta dos participantes do Fórum, de transferências do Tesouro Estadual, transferências de entidades públicas, receita própria de suas operações e de retorno de financiamento.

A reestruturação do Conselho Estado de Cultura foi o objeto do terceiro anteprojeto, que também deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa pelo Executivo. O Conselho foi criado em 1967 mas, desde a instalação do Sistema Operacional da Secretaria da Cultura, em 1983, ele está desativado. Em todas as reuniões do Fórum, a proposta de sua reestruturação foi apresentada e destacada entre as prioridades da nova política cultural do Estado.

A proposta é de que, na composição do novo Conselho, estejam representantes do setor público – das secretarias da Cultura, Educação, Fazenda e Planejamento – e da sociedade civil, integrantes de entidades não-governamentais com efetiva atuação na área cultural. Dividido em câmaras setoriais, caberá ao Conselho, definir prioridades com base em estudos e pesquisa; aprovar planos e programas relativos à implantação de espaços culturais; propor comissões setoriais, regionais e locais de discussão dos aspectos culturais; aprovar calendários culturais entre outras funções.

Para um dos coordenadores do Fórum Cultural, o funcionário da Assembléia Legislativa, Hugo Avelar, essa foi uma experiência muito importante, pois abriu espaço para participação da sociedade na definição da política cultural do Estado, extrapolando o debate de idéias para apresentar resultados práticos. Promoveu ainda a maior integração do Legislativo, Executivo e sociedade civil, que trabalharam juntos na discussão e sistematização das propostas.